

Data: 03/06/2025

Matéria: O setor elétrico brasileiro deve liderar as diretrizes globais de ESG na transição energética

Veículo: Portal Terra

O setor elétrico brasileiro deve liderar as diretrizes globais de ESG na transição energética

As empresas devem ser proativas para fortalecer a agenda ESG; o MP, imparcial e construtivo; e o Legislativo e o Executivo devem promover políticas alinhadas à sustentabilidade

As dimensões **ESG** (acrônimo inglês para **Ambiental, Social e Governança**) têm passado por transformações relevantes em função de eventos globais e mudanças políticas. A eleição de **Donald Trump**, por exemplo, introduziu uma dinâmica que afeta diversas regulações ambientais e climáticas não apenas nos **Estados Unidos**, mas ao redor do mundo.

Essas mudanças impactam o setor elétrico e sua capacidade de atender às exigências ambientais, sociais e de governança.

Exemplos marcantes desses desafios são as mudanças climáticas e os eventos climáticos extremos, forças que ameaçam a infraestrutura e a segurança energética.

Abordar esses desafios é crucial para aumentar a sustentabilidade do setor e cumprir metas globais. Aliás, de acordo com as **Nações Unidas**, nenhum dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será alcançado dentro do prazo com as políticas atuais. E compromissos internacionais como o **Acordo de Paris** não serão cumpridos.

Os desafios acima reforçam a necessidade de avançarmos:

- 1) no cumprimento dos princípios de governança;
- 2) no respeito às comunidades impactadas;
- 3) na promoção de uma transição energética justa e inclusiva;
- 4) na estabilidade climática; e
- 5) no uso responsável dos recursos naturais. A inação ou o atraso na implementação dessas medidas pode resultar em riscos financeiros, pressão regulatória e perda da "licença social" para operar os ativos elétricos.

As empresas do setor elétrico devem ser proativas para fortalecer a agenda ESG, mas é essencial que os Poderes Legislativo e Executivo promovam políticas públicas alinhadas à sustentabilidade, e que o Ministério Público tenha atitude imparcial e construtiva.

Na dimensão social, iniciativas entre poder público e o setor privado seriam úteis para ampliar a responsabilidade social do setor. Entre elas, o estabelecimento de diretrizes para o uso de recursos hídricos em terras indígenas, garantindo consulta livre, prévia e informada, como preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Na dimensão ambiental, precisamos manter comunicação transparente sobre os impactos das fontes energéticas e as soluções adotadas para mitigá-los. Nesse espírito, a exploração da **Amazônia** deve considerar tanto o desenvolvimento econômico e social da região quanto a preservação de recursos naturais invejados pelos outros países.

O setor elétrico brasileiro não deve apenas alinhar-se às diretrizes globais de ESG, mas também assumir papel de liderança em relação aos demais países na **transição energética**.